

# Movimentos Populacionais Metropolitanos E Algumas Relações Socioespaciais<sup>1</sup>

*Metropolitan population movements and some socio-spatial relations*

*Érica Tavares da Silva<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este trabalho explora algumas lógicas para os movimentos populacionais no espaço urbano, que são considerados tanto através das migrações envolvendo a metrópole, como através dos deslocamentos pendulares. Essas possíveis relações abarcam diversos mecanismos socioespaciais que determinam a localização das pessoas no espaço, entre eles podem ser citados o acesso à moradia, ao mercado de trabalho, às oportunidades educacionais, ao sistema de mobilidade urbana, entre outros. Algumas hipóteses são analisadas, especialmente no que se refere ao lugar de residência e às características dos movimentos populacionais, a partir de uma aproximação da organização social do território, considerando mais detidamente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados mostram que deve haver uma relação entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares. Quanto às migrações, além de serem os municípios da periferia que mais recebem pessoas no núcleo, também aumentam as trocas migratórias na própria periferia, ainda nesta, são as áreas populares que mais dinamizam os movimentos populacionais. Quanto à distribuição da população que faz movimento pendular, também são das áreas populares que saem mais pessoas para trabalhar ou estudar no núcleo da metrópole, apesar de, em termos proporcionais à própria população das áreas, haver mais participação nas áreas superiores.

**Palavras-Chave:** Metrôpoles; Migração; Movimento pendular.

**Abstract:** This paper explores some logics of population movements in the urban space, which are identified by the migration and the commuting involving the metropolis. These relationships include many socio-spatial mechanisms that determine the location of people in space, such as the access to housing, to labor market, educational opportunities, and urban mobility system, among others. Some hypotheses are considered, especially those related to place of residence and the characteristics of population movements, according to an approximation of the social organization of the territory, specially the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The results show that perhaps there is a relationship between intra-metropolitan migration and commuting. About the migration, in addition to the fact that the cities of the periphery receive more people from the nucleus, we can also observe an increase in the migratory movements inside the periphery, where the popular areas are those with more population movements. In relation to the distribution of the commuting, the popular areas are those where more people go to work or study in the nucleus of the metropolis, although in proportional terms there is greater participation in higher areas.

**Key-Words:** Metropolis; Migration; Commuting.

## Introdução

Os movimentos populacionais nas metrópoles vêm apresentando novos sentidos, que podem referir-se tanto ao sentido do movimento em si, enquanto deslocamento, trajetória, mudança de direção, como também podem referir-se à lógica, razão, significado que esses movimentos passam a apresentar no processo de desenvolvimento capitalista, dinâmica econômica e demográfica e mutações socioespaciais especialmente no espaço urbano.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

<sup>2</sup> Pesquisadora Assistente do Observatório das Metrôpoles e Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ. E-mail: ericatavares@observatoriodasmetrololes.net

A partir dos anos 70 e início da década de 80 modificam-se as tendências de concentração populacional, de movimentos migratórios, assim como a dinâmica demográfica também passa a apresentar transformações no Brasil. Diante dessas mudanças, que seguiram em curso também nos anos 90, a dinâmica demográfica no país e, em especial, nos grandes aglomerados urbanos transforma-se consideravelmente. Há um relativo nivelamento no comportamento dos indicadores demográficos, onde em quase todos os espaços, as taxas de fecundidade e mortalidade se reduzem, há uma diminuição nos ritmos de crescimento populacional, apesar do incremento ainda ser elevado, e as migrações mudam de perfil – o que tem relação com o próprio desenvolvimento capitalista.

(...) as migrações deixaram de ser tão positivas e necessárias para o desenvolvimento do capitalismo e para a modernização da sociedade. As grandes cidades e os aglomerados metropolitanos, como resultado, em grande parte, das migrações anteriores e das suas conseqüências intergeracionais, passaram a contar, dentro dos seus próprios limites territoriais, com o excedente populacional necessário para o funcionamento satisfatório do mercado de trabalho. Por outro lado, as maciças transferências inter-regionais da população, seja das áreas rurais para as urbanas, seja entre os diferentes estados e regiões, deixaram de ser viáveis, não só do ponto de vista econômico e social, mas, também do ponto de vista demográfico. O padrão migratório prevalecente anteriormente no Brasil é típico da primeira fase da transição demográfica, quando fecundidade alta e mortalidade em forte declínio possibilitavam altas taxas de crescimento populacional nos grandes reservatórios de mão-de-obra (Brito, 2009, p. 14-15).

Se antes havia fluxos migratórios massivos, com grandes eixos de movimento, passa-se a ter uma pluralidade de fluxos, com origens e destinos diferenciados e, conseqüentemente, com mecanismos explicativos para esses movimentos mais singulares e complexos, ponto que tem sido indicado em trabalhos anteriores como crucial na busca por interpretações destes processos. Com o predomínio da migração urbano-urbano, especialmente com movimentos de curta distância, passa-se a ter uma condição espacial similar (urbana) entre origem e destino, o que não permite uma análise de grandes eixos de movimento, é preciso uma análise que abarque a diversidade destes movimentos. Ou seja, os movimentos são plurais em quantidade e diversidade de tipos e razões, ao mesmo tempo são singulares na explicação e qualificação destes tipos.

Essa diversidade interna entre os fluxos no próprio espaço urbano também é ressaltada por Rodriguez (2011), uma vez que os fatores explicativos são mais amplos e complexos, sendo necessário trabalhar com modelos conceituais para distintos tipos de migração entre cidades. Rodriguez aponta quatro destes tipos:

a) Migração clássica por trabalho: que envolve perda e busca de trabalho, sendo esta última mais próxima das perspectivas de racionalidade econômica; pressupõe-se também que o movimento seja de áreas com alto nível de desemprego para áreas com baixo nível.

b) Migração socioeconômica clássica: que envolve a busca por melhores condições de vida, como acesso a serviços básicos, saúde, educação primária e secundária, acesso a novas tecnologias, cobertura de proteção social e chances de mobilidade social ascendente; pressupõe-se que o fluxo seja de áreas com piores condições de vida para áreas consideradas com condições melhores.

c) Migração por educação: envolve a busca por oportunidades de formação, normalmente superior; pressupõe-se que ocorra de áreas com menores vagas na universidade para áreas com maiores opções de ensino superior.

d) Migração residencial: envolve a busca por qualidade de vida em geral e qualidade domiciliar em particular, é uma mobilidade espacial muito significativa entre cidades na atualidade e pode operar em sentido inverso aos outros tipos de migração; em alguns casos a emigração pode satisfazer as aspirações de qualidade de vida ou contornar as dificuldades de permanência nas áreas de origem, em qualquer situação, pode ocorrer ou não o desligamento com o mercado de trabalho na origem<sup>3</sup>.

Apesar de estabelecer esses tipos, buscando avaliar o atrativo migratório em diversas cidades, o próprio autor comprova a dificuldade de estabelecer relações claras entre migração (no caso de seu trabalho, medida pelo saldo migratório) e diversos indicadores sociais e econômicos (como educação, acesso a serviços básicos e equipamentos modernos – acesso a novas tecnologias), isso ao nível do território.

Mesmo assim, Rodriguez (2011) aponta algumas relações para o atrativo migratório para as cidades da América Latina com mais de 20 mil habitantes<sup>4</sup>. O atrativo tende a ser mais alto em cidades com maiores níveis de bem-estar, geralmente aquelas com disponibilidade de serviços, onde os índices de equipamentos e cobertura das TICs é mais alto, confirmando a hipótese clássica de que as pessoas se movem para desde origens com condições de vida inferiores para destinos com condições de vida melhores. A relação entre quantitativo populacional e atrativo migratório não é estatisticamente significativa, assim também ocorre com o desemprego, já que se esperaria que áreas com maior desemprego tivesse maior saída populacional e áreas com menor desemprego tivesse maior atrativo, porém essa relação não é significativa, indo de encontro às teorias que põem no centro da racionalidade migratória a busca por emprego. Já a dimensão das condições de vida que apresenta correlações mais altas com o atrativo migratório é a do acesso às TICs (Rodriguez, 2011, p. 35-36).

Portanto, não há uma razão majoritária para explicar os movimentos populacionais, há diversos aspectos operando sobre as lógicas de mobilidade. Palomares (2008) afirma que passamos do contexto de uma mobilidade de massas para uma mobilidade singular. No Brasil, em termos de mobilidade residencial, uma “regionalização dos fluxos” tem sido observada, levando ao encurtamento de distâncias; pode-se dizer que ocorre também uma “fragmentação dos fluxos” – emergência de novos centros regionais que se espalharam no território nacional: mais áreas de retenção da migração do que uma tendência polarizadora de longa permanência (Rigotti, 2008). Segundo Brito e Marques (2005), na sua grande maioria os imigrantes interestaduais preferem as capitais, e os do interior as periferias metropolitanas. Já os emigrantes, sejam para o interior ou para os outros estados, na sua grande maioria, partem mais da capital do que da periferia

---

<sup>3</sup> Baseado em Rodriguez (2011, p. 12-13).

<sup>4</sup> Importante ressaltar que o autor não diferencia cidades metropolitanas e não-metropolitanas, além disso reconhece algumas limitações das informações e do processamento de dados. Para tanto, conferir o referido texto. Ainda segundo o autor, “En general, es bajo el número de variables que resultan estadísticamente significativas. En cuatro países de los 14 seleccionados ninguna lo es, y sólo en uno de ellos (el Brasil), tres variables lo son, es decir, menos de la mitad del conjunto. En la mayor parte de los casos, la significación estadística de una variable se verifica para ambos tipos de migración y cuando esto sucede siempre coincide el signo. El desempleo juvenil es la variable que resulta significativa en más países (4), teniendo tres de ellos un signo negativo, indicativo de que mayores niveles de desempleo tienden a asociarse con menores niveles de atracción migratoria (probablemente tasas negativas, es decir expulsión, en muchos casos)” Rodriguez (2011, p. 40).

metropolitana. O que mostra que a capacidade de retenção migratória das capitais tem diminuído expressivamente.

Nesse contexto, os movimentos pendulares também ganham expressividade e também passam a apresentar relações com as possibilidades de mudança de residência, inclusive para este tipo de mobilidade espacial, ocorreu o inverso do movimento migratório, já que apresenta uma ampliação das distâncias percorridas e deixa de ser uma característica apenas metropolitana.

Mas apesar de vários municípios, inclusive do interior dos Estados apresentarem altas taxas de atração, são especialmente os núcleos das regiões metropolitanas que apresentam estas taxas conjugadas com baixas taxas de repulsão. Além disso, em torno destes núcleos conforma-se um “anel” de municípios com altas taxas de saída de pessoas, evidenciando a centralidade que o núcleo da metrópole ainda exerce na região considerada, mesmo com outros municípios apresentando às vezes maiores taxas de atração (Ribeiro e Silva, 2008). Segundo Moura et al (2005), as informações sobre este tipo de deslocamento constituem importante referencial para analisar a metropolização e a expansão urbana. As centralidades dessas áreas são facilmente perceptíveis e contribuem também na identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e trabalho – aspecto que pretende-se destacar ao final do trabalho para maior investigação.

Com o avanço tecnológico e o aprimoramento e crescimento do sistema de transportes e comunicações, ocorrem mudanças nos padrões demográficos e na vida cotidiana da população urbana, onde é possível verificar uma expansão das áreas urbanas existentes com uma diversidade socioespacial crescente. Com essa ampliação do espaço metropolitano há conseqüentemente, uma ampliação do movimento das pessoas neste território – o movimento pendular é mais que uma característica da vida metropolitana, já que se tornou mesmo um indicador desta articulação e do seu espaço de atividade, da própria identificação de um espaço metropolitano.

A importância de considerar os dados sobre mobilidade espacial (envolvendo tanto as mudanças de residência como a mobilidade cotidiana) está no aporte empírico que proporcionam, ao permitir debater temas atuais envolvendo as metrópoles, tanto em termos conceituais, operacionais e de políticas públicas. Entre estes temas, podem-se destacar as desigualdades sociais que se expressam também na espacialização da população, a conseqüente segregação espacial, as mudanças na territorialização da estrutura produtiva, do emprego e da moradia, o surgimento ou reforço de centralidades. Além disso, os deslocamentos cotidianos no espaço metropolitano têm se tornado tema central da discussão que envolve políticas públicas e qualidade de vida urbana.

Há algumas hipóteses quanto aos movimentos populacionais que se pretende explorar nessa investigação. Como esse trabalho é parte de um estudo mais amplo, são consideradas aqui algumas suposições baseadas tanto em investigações já realizadas (Ribeiro e Silva, 2008; Silva, 2009; Silva, 2010; Silva, Rodrigues e Ribeiro, 2010), como na literatura e trabalhos de outros autores sobre o tema (Matos, 2005; Brito e Marques, 2005; Rigotti, 2008; Rodriguez, 2008; Baeninger, 2008; Brito, 2009). Sendo assim, especialmente quanto aos movimentos populacionais intrametropolitanos, considera-se primeiramente que **as migrações intrametropolitanas são de grande importância para determinar os processos de (re) distribuição populacional nas metrópoles**. Associado a isso, sugere-se também que **há uma relação entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares**. Supõe-se que a

determinação quanto a mudar de município residência, mas permanecer na mesma região metropolitana pode ter alguma relação com as condições de movimentar-se nesse espaço. Na verdade, não é possível delimitar precisamente como se dá essa relação, mas através da comparação entre município de origem da migração e município de destino do movimento pendular, proporciona-se uma aproximação das dimensões envolvendo essa hipótese.

Já ao considerar o território a partir de um olhar intraurbano, através da organização social, avalia-se também se são **as áreas populares que têm maior atração de imigrantes intra nos municípios metropolitanos**. Para os movimentos migratórios, não é possível saber a área de origem (o que pode ser feito apenas ao nível do município), mas é viável saber qual tipo de área tem recebido mais migrantes da própria região metropolitana. Além disso, considera-se também que **são das áreas mais populares que saem mais pessoas para trabalhar em outro município**. Para o movimento pendular, inversamente ao que ocorre com a migração, dá para identificar a área específica de origem, já o destino é apenas ao nível do município.

Portanto, o trabalho segue estruturado em mais quatro pontos, que avaliam as hipóteses colocadas, a partir de algumas tabulações especiais, para aproximar-se dessas suposições. Para a análise do território metropolitano, foram utilizadas definições e metodologias elaboradas pelo Observatório das Metrôpoles, como a identificação dos aglomerados metropolitanos no Brasil, a classificação dos níveis de integração, a hierarquia sócio-ocupacional e a tipologia socioespacial que é uma *proxy* para a organização social do território. Não serão expostas aqui essas metodologias, quando citadas, serão apresentadas referências de estudos da rede onde podem se encontradas.

Mais do que uma explicação estritamente situada no tempo, já que os dados vão até cerca de onze anos atrás, a idéia é explorar relações entre os movimentos populacionais envolvendo as metrôpoles e algumas características das áreas de origem e destino, especialmente a fim de serem exploradas também com informações mais atuais, assim que disponibilizadas, e aí comparar no tempo também será interessante. Claro que há muitas limitações operacionais, em virtude do tipo de informação trabalhada e dos dados disponíveis, mas algumas aproximações podem ser feitas, a partir dessas quatro assertivas.

## **2 As migrações intrametropolitanas são de grande importância para determinar os processos de (re) distribuição populacional nas metrôpoles**

Com a diminuição em especial da fecundidade, tem sido colocado que as mudanças de residência por parte da população vão cada vez mais ganhando relevo para determinar os processos de distribuição e redistribuição populacional no espaço, assim como os ritmos de crescimento populacional dos municípios. Nas áreas metropolitanas, considera-se que as migrações intrametropolitanas também sejam um processo relevante para explicar esses processos, já que se sabe que têm ocorrido expressivas mudanças de moradia, principalmente uma saída expressiva dos núcleos metropolitanos.

Para aproximar-se desses aspectos, analisa-se a participação de imigrantes recentes na população total das RMs através da taxa de imigração<sup>5</sup> segundo o nível de integração<sup>6</sup> dos municípios à dinâmica metropolitana, sendo possível notar que há muitas diferenças dependendo da escala de análise<sup>7</sup>. Ao observar a migração total, em 1991 havia 107 imigrantes para cada mil habitantes nas regiões metropolitanas, esse valor reduz em 2000 para quase 100 por mil, ou seja, cerca de 10% da população metropolitana em 2000 havia mudado de residência nos últimos cinco anos anteriores a este censo. Entretanto, fazendo essas mesmas considerações segundo os diferentes agrupamentos de municípios metropolitanos, vê-se que a participação dos imigrantes nos pólos, que são os municípios-núcleo das RMs, é a mais reduzida entre os níveis de integração – obviamente isso precisa ser relativizado em função do grande porte populacional dos núcleos em comparação com os demais municípios das metrópoles. Em 1991, eram os municípios com alta e muito alta integração, respectivamente, que tinham a maior participação de imigrantes. Em 2000, em linhas gerais há uma diminuição da taxa de imigração, mas os municípios com alta integração permanecem com maior participação (praticamente 156 imigrantes por mil), seguidos mais de perto daqueles com média e depois com muito alta integração. Cabe observar que os municípios com muito baixa integração diminuem pouco na participação dos imigrantes em sua população, e aqueles com muito baixa integração constituem o único recorte espacial em que aumenta a participação de imigrantes. Esse processo pode indicar uma dispersão dos fluxos populacionais em e para as metrópoles, que passa a abranger não apenas os pólos e municípios mais integrados, mas também os que fazem parte das regiões metropolitanas e não são tão integrados.

Tabela 1 – Taxa de Imigração nas RMs segundo Nível de Integração (por mil) – 1991/2000

RMs	Nível de Integração dos Municípios						
	Pólo	Muito Alta	Alta	Média	Muito Baixa	Baixa	Total
<b>Migração Total</b>							
1991	71,5	157,1	187,3	147,7	118,1	88,7	107,0
2000	67,1	139,0	155,9	140,4	115,2	107,0	99,8
<b>Migração Intrametropolitana</b>							
1991	4,6	86,2	97,2	60,1	51,9	34,0	36,4
2000	6,5	78,0	87,2	69,9	55,5	49,1	37,9

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

<sup>5</sup> Essa taxa de imigração expressa apenas o volume de pessoas que realizaram migração recente (data fixa) pela população total de 5 anos ou mais, ou seja, para os municípios com muito alta integração, por exemplo, temos a quantidade de pessoas que é imigrante nesse agrupamento para cada mil da população de 5 anos ou mais (entre estes, pode ter ocorrido trocas migratórias no próprio agrupamento de municípios com muito alta integração, por isso a ideia é de ter uma expressão da participação de pessoas “em movimento” sobre a população total.

<sup>6</sup> Conferir: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – IPPUR/FASE/IPARDES. “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório de Atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias” (2004), que apresenta os níveis de integração, uma tipologia baseada nas diferenças entre os municípios quanto à sua integração na dinâmica do aglomerado correspondente. As variáveis utilizadas para essa classificação foram: taxa média geométrica de crescimento populacional (1991-2000); densidade demográfica; contingente de pessoas que realizam movimento pendular; proporção de pessoas que realizam movimento pendular; proporção de emprego não-agrícola.

<sup>7</sup> Para ver esses valores por Região Metropolitana, conferir: Silva, Rodrigues e Ribeiro (ABEP, 2010).

Na parte seguinte ainda da tabela 1, são apresentadas essas taxas desagregadas apenas para os fluxos intrametropolitanos (ou seja, estes estão contidas no anterior, por isso sempre com valores menores). A situação é um pouco diferente nesse caso, já que aumenta um pouco a participação de imigrantes intrametropolitanos na população total das RMs, de 36,4 para 37,9 por mil da população total (de 5 anos e mais). Nestes fluxos intrametropolitanos, os núcleos aumentam um pouco também na participação de imigrantes que vieram da periferia, entretanto, sob patamares muito reduzidos se comparados com os demais níveis de integração. É interessante notar que o processo observado na periferia para a migração total, fica mais nítido na dinâmica intrametropolitana, já que os municípios com muito alta e alta integração, apesar de ainda terem as maiores taxas em 2000, são os que diminuem essa participação no período, enquanto os municípios com média, baixa e principalmente muito baixa integração, aumentam as taxas de imigração.

A sucinta tabela anterior permitiu situar-se em relação ao que ocorre no território metropolitano em nível nacional e ter como breve referência uma leitura mais geral. Ao centrar-se apenas na RMRJ, vê-se que, no total, aumentou a participação de imigrantes recentes sobre a população total de 1991 para 2000. O único agrupamento de municípios que reduziu a participação de imigrantes foram aqueles com alta integração, mas os de muito alta integração tiveram aumento, apesar de não tão elevado. O pólo, o município do Rio de Janeiro, passou de 32,9 imigrantes para cada mil da população total para 41,7 – aumentando sua participação; mas tanto em 1991 como em 2000 a maior participação ficou para os municípios com média integração, que são Guapimirim, Paracambi e Seropédica, que em 2010 tinham população entre 50 e 80 mil habitantes. Esses municípios, junto com Tanguá<sup>8</sup> de baixa integração, são os que ainda apresentam maiores taxas de crescimento na RMRJ. Além desses, há os municípios de Mangaratiba e Maricá com crescimento bastante elevado (3,72% a.a. e 5,71% a.a., respectivamente), oficialmente não fazem parte da RMRJ, mas no estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles compõem o aglomerado urbano no Rio de Janeiro com funções metropolitanas. Claro que é preciso ressaltar que esses municípios têm porte populacional mais reduzido, se comparados com o Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por exemplo; neste sentido, qualquer alteração já representa grandes mudanças na dinâmica populacional.

Na dinâmica intrametropolitana também aumenta a participação de pessoas que mudaram de residência na RMRJ em todos os níveis de integração, apenas naqueles com alta integração diminui um pouco a taxa de imigração, na verdade, fica muito semelhante. São também os municípios com média integração que apresentam as maiores taxas e também o maior aumento de imigração de 1991 a 2000.

---

<sup>8</sup> O município de Tanguá foi desmembrado de Itaboraí, passando a constar em 2000. Não agregamos porque como estamos trabalhando com as próprias transformações internas na RMRJ, consideramos interessante deixar explícita essa mudança também.

Tabela 2 – Taxa de Imigração na RMRJ segundo Nível de Integração (por mil) – 1991/2000

RMRJ	Nível de Integração dos Municípios					
	Pólo	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Total
<b>Migração Total</b>						
1991	32,9	75,2	129,4	140,7	-	54,6
2000	41,7	80,3	118,3	176,1	138,3	63,9
<b>Migração Intrametropolitana</b>						
1991	4,0	49,6	86,5	95,3	-	26,1
2000	5,9	53,6	85,3	127,8	83,1	31,4

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

É claro que essas taxas – ou essa participação de imigração nos municípios da RMRJ – devem diferenciar-se conforme os tipos de fluxos. Por exemplo, entre estes 176 imigrantes por mil nos municípios com média integração em 2000, já foi visto que 127,8 por mil são imigrantes intrametropolitanos. Mas não se sabe quantos destes vieram do núcleo ou da própria periferia da metrópole, ou ainda para o restante se vieram do Estado do Rio de Janeiro ou de outro Estado.

Sendo assim, passa-se a observar os tipos de fluxos na RMRJ para o núcleo e para os demais municípios metropolitanos. Já foi possível notar pelas tabelas e considerações acima que no Município do Rio de Janeiro a participação dos imigrantes que vêm de fora da RM é muito maior, agora nota-se que em 1991 12% dos imigrantes no núcleo vieram da periferia da própria RM, 10% vieram de outros município do Estado, que não da RM, e cerca de 77% vieram de outra UF – ou seja, realmente o núcleo atrai mais pessoas de outras UFs, e como já visto em outros trabalhos, apesar da forte emigração nos núcleos metropolitanos, como no Rio de Janeiro, a migração vinda do Nordeste e outras regiões ainda é considerável, só a região Nordeste ainda é a origem de aproximadamente 43% dos migrantes no município do Rio (Silva, 2009). Em linhas gerais, esses achados não são novidade, como foi dito, já se sabe que os imigrantes de outros estados preferem mais as capitais a outros municípios dos aglomerados metropolitanos, mas na distribuição destes imigrantes por tipos de fluxos há pequenos diferenciais do período de 1986 a 1991 para o período de 1995 a 2000.

De 1995 para 2000, em valores absolutos, aumenta o número de imigrantes em todos os tipos de fluxos, já na distribuição destes, aumenta um pouco a participação da migração intrametropolitana no núcleo, já que dos imigrantes que este recebeu 14% vieram da periferia; aumenta um pouco também a proporção de imigrantes que vieram de outros municípios do Estado, e conseqüentemente, diminui a participação dos imigrantes interestaduais – que passam de 77% para 74%. Apesar disso, apesar disso, o peso destes últimos ainda é muito considerável; a tendência é de redução da migração de longa distância (que tem como *proxy* esses movimentos interestaduais), prosseguindo essa tendência, restará saber o que ganhará mais peso na composição populacional a partir da migração nestas áreas.



Tabela 3 – Distribuição dos Fluxos na RMRJ com destino ao núcleo metropolitano

Tipos de Fluxo	1991	(%)	2000	(%)
Intra Periferia-Núcleo	20.309	12,2	31.670	14,0
Intra-estadual Núcleo	17.658	10,6	26.535	11,8
Interestadual Núcleo	128.092	77,1	167.295	74,2
Total	166.059	100,0	225.500	100,0

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Já nos demais municípios metropolitanos, em números absolutos, também ocorreu aumento dos imigrantes, assim como na participação (visto na tabela 2). Observa-se que 37% dos imigrantes na periferia haviam vindo do núcleo em 1991 e 29% realizaram trocas migratórias na própria periferia – ou seja, na periferia quase 67% dos movimentos foram intrametropolitanos. Os movimentos intra-estaduais tiveram participação de 11% e os interestaduais cerca de 22% – em proporção menor, mas também na periferia o peso da imigração interestadual é maior que a intra-estadual. Já em 2000, as trocas migratórias na própria periferia da RMRJ aumentam sua participação (passando a 35%) que é compensada com reduções nos outros tipos de fluxos, mas a origem no núcleo também continua com grande participação (de 33%).

Tabela 4 – Distribuição dos Fluxos Populacionais na RMRJ com destino aos demais municípios metropolitanos

1991						
Tipos de Fluxo	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Outros	Total
Intra Núcleo-Periferia	38,6	30,9	17,4	-	35,6	37,0
Intra Periferia-Periferia	27,4	36,0	35,9	-	36,2	29,1
Intra-estadual Periferia	10,0	15,6	27,4	-	14,2	11,2
Interestadual Periferia	24,1	17,5	19,3	-	14,0	22,6
Total	255.783	53.982	2.819	-	10.030	322.614
2000						
Tipos de Fluxo	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Outros	Total
Intra Núcleo-Periferia	33,3	28,9	35,3	18,3	42,5	33,0
Intra Periferia-Periferia	33,4	43,2	32,5	41,8	33,9	35,2
Intra-estadual Periferia	9,1	11,1	17,1	31,2	10,1	10,0
Interestadual Periferia	24,1	16,8	15,1	8,7	13,6	21,8
Total	297.804	72.244	17.302	3.255	21.993	412.598

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Ao considerar a primeira hipótese colocada, com essas aproximações feitas aqui, pode-se ver que realmente as migrações intrametropolitanas têm seu papel considerável nos processos de redistribuição populacional nas RMs, entretanto, para o total das RMs, a participação da migração intrametropolitana não é majoritária nos movimentos populacionais envolvendo as RMs, apesar disso, houve um sensível aumento na migração intrametropolitana de 1991 a 2000. Já na RMRJ, aumenta a participação da migração tanto total quanto intrametropolitana, entretanto, essa importância diferencia-se conforme o nível de integração dos municípios, pois o fato de que os movimentos intrametropolitanos têm favorecido a periferia já se sabe, agora é possível apontar que esse favorecimento é maior para os municípios de média

e baixa integração na RMRJ. É possível que num primeiro momento as migrações tenham ocorrido para uma periferia mais integrada, no caso da RMRJ, para uma periferia mais consolidada, num outro momento essa expansão já deve estar alcançando outros municípios da RMRJ, mais distantes e com configuração socioespacial diferenciada, como se verá mais a frente.

Em linhas gerais, apesar da importância da migração intrametropolitana, visível em especial nos demais municípios da RMRJ, para além do núcleo, também é importante reconhecer que os outros tipos de fluxo, apesar de estarem em redução na participação entre os imigrantes, também são consideráveis, especialmente no núcleo. Além disso, pode-se notar a sempre mais reduzida participação da imigração intra-estadual, ou seja, a RMRJ não é tão atrativa para os demais municípios do próprio Estado do Rio de Janeiro.

### **3 Há uma relação entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares para trabalho**

Em publicação recente do IBGE sobre os deslocamentos populacionais, os pesquisadores expõem a demanda por explicações teóricas para os novos processos que tem ocorrido no Brasil, destaca ainda alguns aspectos, como o redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; os deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; os movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos (Oliveira e Oliveira, 2011). Certamente, os deslocamentos pendulares adquirem maior amplitude, tanto no sentido de envolver mais espaços da rede urbana quanto no sentido de um alargamento das distâncias. Embora essa “dispersão” esteja em processo, ainda é nas áreas metropolitanas que tais movimentos são mais expressivos, sugere-se aqui que tal fenômeno também apresente esse sentido de “amplitude” no próprio interior das áreas metropolitanas.

Nesse contexto, outra dimensão para investigação refere-se à relação entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares. Por quê? Parece bem plausível supor que as mudanças de residência passam pela possibilidade de deslocar-se na área de destino ou a partir dela. Este pode não ser o fator determinante para motivar a mudança de residência, especialmente as que se originaram no núcleo da metrópole em direção aos demais municípios, afinal, na migração intrametropolitana este tem sido o movimento mais comum nas últimas décadas – a emigração dos núcleos para a periferia.

As razões, como já considerado em outros trabalhos (2009; Ribeiro et al, 2010), envolvem certamente as condições de acesso à moradia, as intervenções públicas na área de habitação favorecendo uma periferização, as condições adversas no mercado de trabalho nos anos 80 e 90, que devem ter contribuído para essa mobilidade espacial. Mesmo assim, sugere-se que as possibilidades de mobilidade urbana, as condições de acessar tanto o sistema físico de circulação quanto os meios de transporte, também devem influenciar nessa mobilidade. A pergunta então colocada foi: será que as pessoas que migraram, mas permaneceram residindo no aglomerado metropolitano se deslocam com frequência entre a área de origem e destino? Essa foi a questão colocada a partir da assertiva acima.

A informação sobre movimento pendular não foi incorporada no censo de 1991, diante disso, são utilizados dados do censo de 1980, que apresentou essa pergunta. Claro que há uma temporalidade distinta e muitos processos socioespaciais e econômicos ocorrendo nas metrópoles em finais dos anos 70 e início dos anos 80, mas como o objetivo aqui é aproximar-se das possíveis dimensões envolvendo os movimentos populacionais nas metrópoles, estes dados são considerados apenas para captar estes aspectos. Ao cruzar o município de origem da migração com o município de destino no movimento pendular, vê-se que em 1980 62,8% dos migrantes intrametropolitanos que estavam ocupados faziam movimento pendular; desagregando este valor, para aqueles que saíram do núcleo para a periferia, quase 70% faziam movimento pendular; para os que saíram da periferia e foram morar no núcleo 7,6% realizavam este movimento; já para os que mudaram de residência na própria periferia quase 63,7% se deslocavam para trabalho ou estudo em município diferente do que residia. No total, vê-se que 43,5% destes movimentos eram para o município de origem da migração. Ao fazer essa relação direta entre município de origem da migração e município de destino do movimento pendular, a proporção mais elevada era para os que migraram do núcleo para a periferia, mas deslocavam-se para o núcleo – 64,4%.

Já em 2000, no geral, há uma redução do movimento pendular em direção ao núcleo metropolitano, o que foi já articulado envolvendo temas sobre moradia, (i) mobilidade e mercado de trabalho na RMRJ (Lago, 2007; Silva, 2010). Apesar dessa redução, que também se reflete na relação do movimento pendular com as migrações intrametropolitanas, ainda havia 53% dos migrantes intrametropolitanos ocupados em 2000 que faziam movimento pendular. Para os que migraram periferia-núcleo em 2000 há um aumento na proporção de pessoas que trabalham na origem da migração, a periferia; apesar disso, permanecem os valores mais elevados dos movimentos na periferia ou em direção a esta.

Diante disso, observa-se que em 2000, aproximadamente metade dos migrantes que mudaram do núcleo para a periferia, na verdade se deslocavam para o núcleo – não é possível diferenciar se este movimento era para trabalho ou estudo, mas como visto em outros trabalhos (Silva e Ribeiro, 2008), é muito comum que a maior parte deste movimento seja para trabalho. Mesmo sendo para um ou outro, nota-se que, apesar da redução no movimento pendular em direção ao núcleo, no contexto da migração intrametropolitana ainda há grande expressividade dos que se movimentam com frequência para o município de origem da migração.

Tabela 5 – RMRJ: Migrantes Intrametropolitanos Ocupados que realizam movimento pendular – 1980 e 2000

Tipo de Fluxo	1980		2000	
	Faz Mov. Pendular	Para Mun. Origem	Faz Mov. Pendular	Para Mun. Origem
Núcleo-Periferia	69,7	64,4	59,4	51,2
Periferia-Núcleo	7,6	5,6	10,9	7,4
Periferia-Periferia	63,7	17,8	57,8	19,0
Total	62,8	43,5	52,9	31,2

Fonte: Micro-dados dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 (IBGE).

Na nova configuração urbana com processos de expansão metropolitana, a mobilidade intraurbana constitui um dos principais elementos da formação e consolidação dos espaços urbanos – possibilitando a retenção residencial de algumas

áreas. A mobilidade intraurbana torna-se uma dimensão importante na decisão de mudar ou não da localidade de residência, uma vez que com este movimento – fruto do próprio processo de urbanização (especialmente com a melhoria da rede de transporte) e das novas formas de redistribuição espacial da população – a mudança de emprego não corresponde necessariamente a uma mudança de residência, com alterações dos movimentos migratórios intra e inter-regionais (Baeninger, 1998, p.75).

Há uma atração residencial na periferia, provavelmente relacionada ao acesso à moradia, ao mercado imobiliário, ao papel do Estado com políticas habitacionais e às próprias condições socioeconômicas desta população que mudou, mas é possível também que haja uma articulação com as condições de mobilidade. Parte da redução da mobilidade espacial também precisa ser considerada a partir dos processos de retenção da população para trabalho nos municípios periféricos, que na verdade, já são investigados também quanto à continuidade ou mudanças dessa perspectiva de periferia, surgimento e/ou reforço de novas centralidades (Lago, 2007; Lago, 2008; Rodriguez, 2008). Apesar dessa diversificação, ainda é importante avaliar também em que condições de trabalho e inserção ocupacional se dá essa retenção, já que ao comparar quem fica e quem sai do município para trabalhar no núcleo, estes últimos apresentam melhores condições de rendimento e escolaridade, por exemplo.

Portanto, no geral, as informações mostram que ainda há uma dissociação casa-trabalho, que parece ser mais expressiva no contexto daqueles que migraram no espaço intrametropolitano na RMRJ, mas também em outras RMs, conforme já considerado (Silva, Rodrigues e Ribeiro, 2010).

#### **4 As áreas mais populares são as que têm maior atração de imigrantes intra nos municípios metropolitanos**

Ao pensar que os movimentos intrametropolitanos estão relacionados, entre outros fatores, às perspectivas de moradia, pode-se fazer duas suposições. Primeiramente, seria que tais movimentos são impulsionados por dificuldade de acesso à moradia. Conforme ressaltado por Abramo (2008), o acesso ao solo urbano nas áreas metropolitanas é determinado essencialmente por duas lógicas. Uma é a lógica que tem o Estado como mediador, exige dos indivíduos e dos grupos sociais alguma acumulação de capital que pode ser político, institucional, simbólico ou de outra natureza. Já a lógica do mercado é unidimensional no que se refere aos requerimentos para acessar a terra urbana: a possibilidade de acesso à terra e sua magnitude está diretamente ligada ao tamanho do capital monetário, acumulado pelos indivíduos e pelos grupos sociais (Abramo, 2008, p.57). Entretanto, nos países latinoamericanos e em boa parte da Ásia e da África, a urbanização acelerada do pós-guerra, as desigualdades sociais e as grandes dificuldades financeiras dos Estados nacionais permitiram que surgisse uma terceira lógica de acesso à terra urbana, que Abramo (2008, p.58) chama de “lógica da necessidade”, que tem sua maior expressão nas moradias irregulares, áreas de risco e também em favelas. É bem plausível sugerir que as dificuldades ou facilidades de acesso a alguma dessas lógicas também esteja impulsionando as migrações intrametropolitanas, por exemplo, as dificuldades de permanência nos municípios centrais – seja por preços de aluguel ou limitações para aquisição de imóvel próprio pela lógica do mercado, seja por uma não preferência por acessar a “lógica da necessidade” – podem ter motivado a saída para

os municípios da periferia. Além disso, há a influência da lógica que tem a mediação do Estado, que historicamente promoveu o acesso à moradia para muitas famílias em áreas mais periféricas, muitas vezes com precária infraestrutura e muito distantes dos locais de trabalho e redes sociais. Sendo assim, essa primeira suposição estaria relacionada mais a uma mobilidade espacial de camadas mais inferiores na hierarquia social, talvez a uma busca por moradia legal e própria.

A outra suposição seria aquela relacionada ao que a literatura denomina o fenômeno da suburbanização (Soja, 1992; Dematteis, 1998; De Mattos, 2002; Rodrigues, 2008; Moura, 2009), que se refere a um processo de saída de pessoas de camadas médias e superiores da hierarquia social para áreas não tão distantes das áreas centrais, estas comprometidas pelas condições adversas das *deseconomias* de aglomeração, em busca de espaços de residência mais “agradáveis”. Seriam novas perspectivas em relação às cidades e aos serviços oferecidos; interesse por melhores climas, amenidades, dinâmica cultural, entretenimento, serviços de saúde, etc.

Nossa investigação tem conduzido a supor a primeira perspectiva, nas quais seriam áreas mais pobres e populares que atrairiam mais pessoas. É possível que a segunda perspectiva se aplique mais a processos de expansão urbana que extrapolam os limites metropolitanos, mas que talvez abranja áreas que autores como Randolph (2007) chama de peri-metropolitanas, imediatamente após os limites da região metropolitana.

Não se pretende e nem é possível abarcar aqui todas as complexas dimensões que essas suposições colocam, apenas para aproximar-se dessas questões, realiza-se uma análise dos distintos fluxos migratórios em ou para a RMRJ segundo o tipo socioespacial das áreas internas dos municípios – é agrupamentos de áreas (AEDs de 2000 compatibilizadas com os setores censitários de 1991) segundo uma tipologia socioespacial que se baseia na hierarquia sócio-ocupacional<sup>9</sup>. A realização dessa tipologia gerou uma classificação das áreas internas da RMRJ, que foram divididas nos grandes grupos: superiores, operárias, médias e populares.

Na tabela a seguir, apresenta-se a taxa de imigração, que é a participação da população que migrou nos últimos cinco anos sobre a população de 5 anos ou mais do referido tipo socioespacial no núcleo ou na periferia, segundo o tipo de fluxo realizado. Por exemplo, havia 28,4 para cada mil da população das áreas superiores na periferia que eram imigrantes que saíram do núcleo (e foi morar na periferia em áreas superiores, segunda coluna). Na RMRJ, em 1991, essas áreas superiores na periferia, ou seja, municípios da RM que não o núcleo, aparecia apenas em Niterói. É importante ressaltar que o denominador é a população total de 5 anos ou mais no referido tipo socioespacial no núcleo ou na periferia<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Não será detalhada aqui a metodologia, em virtude da extensão máxima do trabalho, mas tais procedimentos podem ser conferidos em: MAMMARELLA, Rosetta; LAGO, Luciana. “Tendências na organização social do território das metrópoles 1991 – 2000”. Relatório de pesquisa – Observatório das Metrópoles/CNPq-Institutos do Milênio, 2009; também em trabalho anterior apresentado na própria ABEP: SILVA, Érica Tavares. “Organização Sócio-Territorial e Movimentos Populacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. Anais do XVII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu – MG, setembro/2010.

<sup>10</sup> Em trabalho anterior, apresentado no Encontro da ABEP em 2010, utilizou-se o mesmo denominador para todos os tipos de fluxos, ou seja, a população total de 5 anos ou mais de cada tipo na RMRJ. Para refinar mais esses valores, diferenciamos o núcleo e a periferia. Se o destino foram áreas do núcleo, o denominador é a população do tipo apenas no núcleo; se o destino foi algum município da periferia, o denominador é a população total do tipo na periferia. Como já ressaltado, essa taxa visa apenas a ter uma expressão da participação de população que migrou em cada tipo socioespacial e conforme o fluxo que realizou.

Ao observar essa proporção, nota-se que em 1991, a participação daqueles que saíram do núcleo e foram morar na periferia fica em torno de 28 para cada mil nos tipos superior, médio e operário na periferia. Nas áreas populares, essa participação foi maior – cerca de 33 por mil. Para o fluxo inverso, os valores são mais reduzidos, já que é um movimento menos expressivo, para as trocas migratórias na periferia, os valores são mais reduzidos no tipo superior (que também é menos comum na periferia), e a taxa de imigração é maior nas áreas populares também. Nos demais tipos de fluxos intraestaduais e interestaduais, as taxas são mais altas nos dois extremos, áreas superiores e populares, sendo ainda maior nas áreas superiores – ou seja, havia uma participação de imigrantes de outras regiões do estado e de outros estados nos municípios de Rio de Janeiro e Niterói.

Já em 2000, diminui um pouco a participação de imigrantes que saíram do núcleo para a periferia em todos os tipos, exceto nas áreas superiores, que aumenta de 28,4 para 34,2 por mil – apesar de Nova Iguaçu também passar a ter uma área de composição superior em 2000, 95% dos imigrantes que saíram do núcleo e foram morar em áreas superiores estavam em Niterói, sendo apenas 5% que foram para Nova Iguaçu; portanto, esse aumento continua sendo explicado pela atratividade de Niterói, que é um município com bons indicadores socioeconômicos no Estado do Rio de Janeiro, que poderia até ser desagregado da periferia e analisado conjuntamente com o Município do Rio de Janeiro. A proporção de pessoas que fizeram o movimento inverso, da periferia para o núcleo também aumenta, diminuindo apenas nas áreas populares, mesmo assim as taxas ficam em patamares bem mais reduzidos. As trocas nos demais municípios metropolitanos aumentam em todos os tipos socioespaciais na periferia, continuam mais elevadas nas áreas populares. Já os movimentos intraestaduais diminuem sua participação, como já visto a RMRJ não é tão atrativa para as demais regiões do Estado. Já os movimentos interestaduais aumentam tanto no núcleo quanto na periferia em todos os tipos, sendo que no núcleo com taxas bem maiores principalmente nas áreas superiores, mas também nas populares.

Interessante observar esse comportamento elevado de imigrantes tanto nas áreas populares quanto na periferia, o que sugere que possa estar ocorrendo dois tipos de movimento, aqueles com origem em capitais e regiões mais urbanizadas de outros estados de pessoas mais qualificadas que têm condições de ir morar em áreas superiores, e também uma mobilidade de pessoas com menos recursos e origem em áreas mais desfavorecidas que vão morar em áreas populares. Provavelmente a lógica que opera sobre as elevadas taxas para esses dois tipos de área tão distintas não deve ser a mesma.

Tabela 6 – RMRJ: Taxa de Imigração (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000

Tipos Socioespaciais (destino)	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Intra-estadual Núcleo	Intra-estadual Periferia	Inter-estadual Núcleo	Inter-estadual Periferia
<b>1991</b>							
Superior	28,4	5,4	17,9	19,9	27,3	27,9	18,9
Médio	28,1	4,8	22,9	8,2	11,8	10,9	8,2
Operário	28,6	4,8	21,6	8,5	9,3	12,9	9,4
Popular	33,2	5,8	30,1	10,5	15,7	14,4	10,7
<b>2000</b>							
Superior	34,2	6,0	24,2	8,4	16,2	49,7	26,0
Médio	26,5	6,3	29,4	2,8	5,8	22,1	20,5
Operário	25,1	5,8	25,0	2,5	3,7	26,3	18,8
Popular	31,8	4,8	35,1	2,2	7,1	45,8	23,2

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Observar a taxa de imigração é importante para ter uma idéia da proporção de pessoas que migrou em relação à população total da área, mas pode ocultar alguns aspectos do universo apenas dos migrantes em si, já que o porte populacional muito elevado como das áreas populares e bem mais reduzido como das áreas superiores, influenciará nessa taxa ou participação. Sendo assim, apresenta-se também a mesma tabela, mas com a distribuição apenas dos migrantes por tipos socioespacial e fluxo realizado; por exemplo, do total de pessoas que saíram do núcleo e foram para a periferia (coluna 2), 3,9% foram para áreas superiores desta.

Essa distribuição possibilita analisar apenas a população que realizou o processo migratório recente. Em 1991, os imigrantes na RMRJ que saíram do núcleo metropolitano se distribuíram mais entre áreas operárias e populares na periferia, com maior participação em áreas operárias; para 2000 diminuiu muito a participação nas áreas operárias, sendo 64% dos movimentos para áreas populares. Claro que é importante considerar que nos anos 90, a RMRJ experimentou o que Mammarella e Lago (2009) chamaram de desproletarização do mercado de trabalho, já que diminuíram muito as ocupações que pesam nestas áreas, como os trabalhadores do Secundário (que envolvem trabalhadores manuais da indústria moderna e da tradicional, trabalhadores manuais de serviços auxiliares, trabalhadores manuais da construção civil); esse processo fez diminuir também a composição do tipo socioespacial operário – que teve reflexo nesse destino obviamente. Mesmo assim, o tipo que mais aumenta e que mais vai receber os emigrantes do núcleo é o popular. Apesar de algumas alterações, os movimentos migratórios da periferia para o núcleo continuaram apresentando maior participação em áreas médias. As trocas entre a própria periferia também apresentam comportamento semelhante ao primeiro tipo de fluxo, aumentando consideravelmente sua participação nas áreas populares.

Já quanto aos movimentos extrametropolitanos, para os que foram em direção ao núcleo e saíram do próprio Estado do Rio de Janeiro, os principais destinos foram áreas superiores e médias, já para os que foram para a periferia e também saíram de outra região do Estado, foram majoritariamente para áreas populares em 1991, aumentando sua participação em 2000. Para os movimentos interestaduais, entre os que foram para o núcleo, em 1991 a proporção era maior em superiores e médias, entretanto em 2000 estas perdem participação, e as áreas populares aumentam essa proporção de 8,5% para 30,8% de imigrantes interestaduais no núcleo. Aqueles que

saíram de outro Estado e foram residir na RMRJ fora do núcleo, tinham em 1991 maior participação nas áreas operárias (42%) e depois nas populares (37,4%), mas a participação nas áreas populares também aumenta muito, passando a abarcar 63,4% dos imigrantes interestaduais na periferia.

Tabela 7 – RMRJ: Distribuição dos Migrantes segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000

Tipos Socioespaciais (destino)	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Intra-estadual Núcleo	Intra-estadual Periferia	Inter-estadual Núcleo	Inter-estadual Periferia
<b>1991</b>							
Superior	3,9	20,1	3,0	34,9	8,9	35,2	7,8
Médio	14,5	47,8	14,5	38,4	14,4	36,5	12,7
Operário	42,8	22,0	39,5	18,1	33,1	19,8	42,1
Popular	38,9	10,1	43,1	8,6	43,6	8,5	37,4
Total (100%)	117.255	25.178	95.740	53.811	49.460	74.667	39.049
<b>2000</b>							
Superior	4,9	16,3	3,3	38,1	10,5	24,5	5,1
Médio	15,3	50,3	15,9	36,8	14,9	31,8	15,9
Operário	15,5	15,7	14,4	11,2	10,3	12,9	15,6
Popular	64,3	17,7	66,4	13,9	64,3	30,8	63,4
Total (100%)	136.124	31.669	145.276	18.865	30.366	174.774	100.832

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Diante do exposto até aqui, foi possível notar que para os movimentos intrametropolitanos, entre aqueles que foram para os municípios da periferia ou mudaram de residência entre estes, há uma participação maior nas áreas populares; isso também se evidencia para os movimentos intra e interestaduais, ou seja, aumenta a proporção de pessoas que migraram para ou na RMRJ que foram para áreas populares na periferia. Para os movimentos da periferia em direção ao núcleo, já havia uma participação considerável nas áreas médias que aumenta ainda mais em 2000, entre os que vieram de outras regiões do Estado há uma maior concentração em áreas médias e superiores, mas para os que vieram de outros Estados a distribuição é mais equilibrada, também com participação expressiva nas áreas populares.

Como já dito, essa atratividade das áreas populares também é explicada pelo próprio aumento do mundo popular nos anos 90 na RMRJ, mesmo assim, observando a taxa de imigração (que é a proporção em relação à população total), essa expressividade das áreas populares também é considerável, o que nos leva a sugerir que realmente são as áreas com posição mais inferior na organização social do espaço que tem maior participação de imigrantes, especialmente nos demais municípios metropolitanos, apesar de também ocorrer com algumas nuances no núcleo, e destacando Niterói como município de atração – que potencializa a atração de áreas superiores a exceção do núcleo.



## 5 Também é nas áreas populares que há mais pessoas realizando movimento pendular para outro município

Em decorrência do ponto abordado acima, é esperado que seja justamente das áreas populares que saiam mais pessoas para trabalhar e/ou estudarem em outro município, já que essas áreas seriam espaços com maior concentração de população ocupada em estratos mais inferiores da hierarquia sócio-ocupacional. Essa relação entre áreas de pobreza e saída de pessoas para trabalho já foi bastante discutida ao nível dos municípios, em especial pelos estudos sobre cidades-dormitório; certamente há uma relação entre territórios com menor disponibilidade e diversificação de postos de trabalho com a repulsão de população em idade ativa, mesmo residindo nessas áreas. A idéia aqui foi explorar como fica essa relação no nível intraurbano, considerando o território de saída a partir dos tipos socioespaciais e o território de destino como o município núcleo ou os municípios da periferia.

A taxa de mobilidade aqui apresentada expressa a participação de pessoas no tipo socioespacial no núcleo ou na periferia que saem para trabalhar/estudar em outro município. Por exemplo, 5,4% de pessoas que moram em áreas superiores no núcleo deslocam-se frequentemente para algum município da periferia. Para as saídas da periferia em direção ao núcleo para trabalho e/ou estudo, as taxas são bem mais elevadas, considerando a participação de pessoas que realiza esses movimentos sobre a população de cada tipo socioespacial na própria periferia. As áreas com maior saída de pessoas (coluna 3) são superiores, nas quais 142 em cada mil (ou 14,2%) deslocavam-se para o Município do Rio de Janeiro, contrariamente ao que se esperava nas áreas populares a saída era de 98,4 por mil – mais reduzida que nas áreas superiores. Já nos fluxos periferia-periferia, a saída é maior nas áreas médias (59 por mil da população total).

Devido à expressividade do Município de Niterói, que pesa na composição superior na periferia, retirou-se esse município para ver como ficariam essas taxas. A saída das áreas superiores (em relação à população dessas próprias áreas) se reduz como em todas as áreas, mas o peso maior não passa a ser das áreas populares e sim das áreas operárias e médias na periferia. Para os movimentos na própria periferia passam a serem as áreas médias com maior saída de pessoas. Sendo assim, sob esse olhar, incluindo ou não Niterói na periferia, a hipótese de que são as áreas populares que têm maior saída de pessoas não se confirmaria.

Tabela 8 – RMRJ: Taxa de Mobilidade (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 2000

Origem Tipos Socioespaciais de Origem	Núcleo Núcleo- Periferia	Periferia		Periferia sem Niterói	
		Periferia- Núcleo	Periferia- Periferia	Periferia- Núcleo	Periferia- Periferia
Superior	5,4	142,2	25,3	82,9	45,4
Médio	6,1	118,7	59,0	110,8	60,2
Operário	5,2	129,7	46,7	119,4	43,0
Popular	2,3	98,4	47,2	90,4	43,4

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Essa não comprovação pode decorrer também de alguns fatores. Primeiramente, como já colocado para a migração, as áreas superiores abarcam parcela bem mais reduzida de áreas na periferia, diante das quais qualquer número mais elevado de pessoas que fazem movimento pendular em direção ao núcleo já

ganha maior expressividade; de qualquer forma, é uma proporção elevada. Mas em segundo lugar, foi considerado aqui o denominador diferenciado para cada tipo no núcleo ou na periferia, o que torna as taxas mais elevadas. Em trabalho anterior (Silva, ABEP, 2010), utilizamos o mesmo denominador da população total de cada tipo socioespacial (independente se na periferia ou no núcleo), em que os resultados mostravam maiores taxas de saída de movimento pendular nas áreas populares, mesmo em direção ao núcleo. Além dessas duas considerações, há também uma distinção ao nível do território e do indivíduo na abordagem dos deslocamentos cotidianos; geralmente, ao nível do território são os espaços menos dinâmicos e com menos postos de trabalho que apresentam maior saída e os espaços com atividade econômica mais dinâmica e diversificada têm maior atração. Já para o nível do indivíduo ocorre o inverso, já que geralmente são aqueles que têm melhores condições sociais e econômicas que apresentam maior potencial de mobilidade e de romper distâncias maiores (Rodríguez, 2008; Silva, 2010). Como a tipologia socioespacial se baseia em características dos indivíduos que trabalham, essencialmente sua ocupação e também sua posição, rendimento e nível de instrução, a definição de território está relacionada, portanto, com essas potencialidades individuais.

Para esclarecer melhor essa saída, considerou-se também apenas o universo daqueles que se movimentam com frequência entre municípios, e assim vê-se que para estes que saem para o núcleo há uma proporção bem maior a partir das áreas populares na periferia (54%), na verdade, a proporção de saída na periferia vai aumentando conforme diminui a posição das áreas na estrutura socioespacial – sob essa perspectiva a hipótese se confirma. Sendo assim, observa-se que em números absolutos a saída é muito maior nas áreas populares, mas em relação à população dessas áreas é mais reduzido

Tabela 9 – RMRJ: Distribuição da População que realiza Movimento Pendular por Tipo Socioespacial – 2000

Tipos Socioespaciais	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Total
Superior	16,5	5,6	2,3	5,0
Médio	56,5	18,6	21,0	20,8
Operário	16,7	21,8	17,8	20,4
Popular	10,3	54,1	58,9	53,8
Total (100%)	29.112	500.342	220.110	749.564

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

### **Considerações Finais**

Diante das mudanças dos fluxos populacionais envolvendo as metrópoles, em que não há mais uma tendência polarizadora de longa permanência como ocorreu até os anos 70/80, em especial em direção às grandes cidades do Sudeste, pode-se dizer que há uma pluralidade de fluxos de caráter cada vez mais urbano-urbano. Ao observar a atratividade dos municípios metropolitanos a partir do recorte dos níveis de integração, nota-se que os municípios com menor integração tendem a aumentar a atração de imigrantes. Esse processo pode indicar uma dispersão dos fluxos populacionais em e para as metrópoles, que passa a abranger não apenas os pólos e

municípios mais integrados, mas também os que fazem parte das regiões metropolitanas e não são tão integrados.

Na dinâmica intrametropolitana na RMRJ, no geral, aumenta a participação de pessoas que mudaram de residência em todos os níveis de integração; são também os municípios com média integração que apresentam as maiores taxas e também o maior aumento de imigração de 1991 a 2000. Mesmo com a forte emigração nos núcleos metropolitanos, que também ocorre no Rio de Janeiro, este espaço ainda atrai mais pessoas de outras UF's do que da própria UF, mas a tendência é de redução da migração de longa distância. Já na periferia a maior parte dos movimentos foram intrametropolitanos, e o peso da imigração interestadual é maior que a intraestadual. O fato de que os movimentos intrametropolitanos têm favorecido a periferia já se sabe, o trabalho mostrou também que esse favorecimento é maior para os municípios de média e baixa integração na RMRJ. Sendo assim, a hipótese de que as migrações intrametropolitanas são de grande importância para determinar os processos de (re) distribuição populacional nas metrópoles se confirma, mas é importante considerar que ainda há um peso considerável da imigração principalmente de outras UF's e mais ainda em direção ao núcleo, já que a RMRJ não é tão atrativa para as demais regiões do próprio Estado do Rio de Janeiro. Claro que outras dimensões envolvendo incremento e crescimento populacional, como a fecundidade, têm grande relevância também, em especial nas áreas populares que apresentam taxas de fecundidade mais elevadas (Silva, 2009).

Quanto às migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares para trabalho, vê-se que há uma relação que possivelmente passa por mecanismos ligados às condições de acesso à moradia, às intervenções públicas na área de habitação, ao mercado de trabalho e as possibilidades de mobilidade urbana. Nota-se que, apesar da redução no movimento pendular em direção ao núcleo, no contexto da migração intrametropolitana ainda há grande expressividade dos que se movimentam com frequência para o município de origem da migração.

Ao analisar os movimentos populacionais segundo os tipos socioespaciais, também foi possível encontrar alguns resultados interessantes. Em 1991, a maior taxa de imigração entre os que saíram do núcleo e foram para a periferia foi nas áreas populares. Em 2000, ainda era considerável essa participação, mas as áreas superiores na periferia aumentam sua proporção de imigrantes neste tipo de fluxo, que é determinado essencialmente pelo Município de Niterói. As trocas entre os municípios metropolitanos exceto o núcleo aumentam em todos os tipos socioespaciais, sendo mais elevadas nas áreas populares. Já os movimentos intraestaduais diminuem sua participação e os movimentos interestaduais aumentam tanto no núcleo quanto na periferia em todos os tipos, sendo que no núcleo com taxas bem maiores principalmente nas áreas superiores, mas também nas populares. A participação elevada de imigrantes tanto nas áreas populares quanto na periferia sugere que possa estar ocorrendo dois tipos de movimento, possivelmente um de grupos sociais com mais recursos econômicos e culturais e outro de camadas sociais mais inferiores, que certamente vão residir em espaços diferenciados na região metropolitana.

Ainda foi colocada a hipótese de que também são das áreas mais populares que saem mais pessoas para trabalhar/estudar em outro município. A análise da taxa de mobilidade pendular por tipos socioespaciais parece mais complexa, já que proporcionalmente em relação à população total em cada tipo, há mais pessoas que realizam tal movimento nas áreas superiores. Mas pela distribuição, vê-se que o quantitativo é bem maior nas áreas populares, a proporção de saída na periferia vai

umentando conforme diminui a posição das áreas na estrutura socioespacial. Parte desse maior dinamismo nas áreas populares se refere também ao próprio aumento do mundo popular nos anos 90 na RMRJ.

Portanto, é preciso ter um olhar mais diversificado e sob escalas também diferenciadas para compreender os processos de mobilidade espacial e redistribuição populacional nas áreas metropolitanas, claro que essa reflexão tem que estar articulada com outras dimensões da dinâmica populacional, como o aprofundamento da transição demográfica, envelhecimento populacional e diminuição da fecundidade, porém com manutenção das diferenças espaciais. Além disso, outros mecanismos importantes na estruturação do espaço urbano-metropolitano também são determinantes, como o mercado imobiliário, as políticas habitacionais, as mudanças no mundo do trabalho, as condições de mobilidade urbana. Estudos como esse possibilitam compreender melhor tais transformações e permitem atuar de forma mais planejada sobre quais os impactos para a população das transformações urbanas, sociais e econômicas que as metrópoles vêm passando.

## **Referências**

ABRAMO, Pedro. “El mercado del suelo informal en favelas y la movilidad residencial de los pobres en las grandes metrópolis: un objeto de estudio para América Latina”. **Revista Territorios** 18-19 / Bogotá, 2008, pp. 55-73.

BAENINGER, Rosana. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 15 (2), 1998. pp. 67-78.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. **Anais...** Caxambu, setembro/outubro de 2008.

BRITO, Fausto; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: Um ensaio sobre o seu significado recente. 4º Encontro Nacional de Migração da ABEP, **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p. Texto para discussão ; 366.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. (Ed.) **La ciudad dispersa**. Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

DE MATTOS, Carlos A. Transformación de las ciudades latinoamericanas. ¿Impactos de la globalización? **EURE**, Santiago, v.28, n.85, dez., p.5-10, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 1991**: Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2000**: Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LAGO, Luciana Correa. Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. São Paulo: **Cadernos Metrópole** 18; pp. 275-293; 2<sup>o</sup> sem. 2007.

LAGO, Luciana Correa. “O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a ‘periferia’ que virou ‘centro’”. **Anais do Encontro da ABEP**, 2008.

MAMMARELLA, Rosetta; LAGO, Luciana. “**Tendências na organiza o social do território das metr poles 1991 – 2000**”. Relatório de pesquisa – Observatório das Metr poles/CNPq-Institutos do Milênio, 2009.

MATOS, Ralfo. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. **Cadernos Metrópole**, n. 13, pp. 71-105, 1<sup>o</sup> sem. 2005.

MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa G. C.; FIRKOWSKI, Olga L cia C. F. “Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

MOURA, Rosa. **Arranjos Urbano-Regionais Brasileiros**. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METR POLES – IPPUR/FASE/IPARDES. “**Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório de Atividade 1**: identifica o dos espaços metropolitanos e constru o de tipologias”, 2004. Disponível no site [www.observatoriodasmetr poles.net](http://www.observatoriodasmetr poles.net).

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro. Reflexoes sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, **Estudos e Análises** 1, 2011.

PALOMARES, J. C. G. Incidência en la movilidad de los principales factores de un modelo metropolitano cambiante. **Revista EURE**, Vol. XXXIV, N  101, pp. 5-24, Santiago de Chile, abril de 2008.

RANDOLPH, R. e GOMES, P. H. Urbaniza o, movimento pendular e migra o: surgem novas territorialidades em áreas peri-metropolitanas? O caso do Rio de Janeiro. In: Anais da V Encontro Nacional sobre Migra es. Campinas, ABEP, **Anais...** outubro de 2007.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. “A (re) distribui o espacial da popula o brasileira e possíveis impactos sobre a metropoliza o”. 32<sup>o</sup> Encontro Anual da Anpocs, **Anais...** 2008.

RODRIGUEZ, Jorge. “**Segregaci n residencial sociolaboral (SRS) y sus relaciones con la migración y la movilidad intrametropolitanas en cuatro aglomerados urbanos de América Latina**. Los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro en el decenio de 1990”. Texto

apresentado no Workshop “Spatial Segregation and the Labor Market”, University of Texas-Austin, February 13-15, 2008.

RODRIGUEZ, Jorge. **Migración interna y sistema de ciudades en América Latina**: intensidad, patrones, efectos potenciales determinantes, censos de la década de 2000. Santiago de Chile, CEPAL: Série Población y Desarrollo N° 105, junho/2011.

SILVA, Érica Tavares; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. “Movimento Pendular e Tendências da Reconfiguração Socioespacial”. XIV Semana de Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, **Anais...** 2008.

SILVA, Érica Tavares. “Migração e Pendularidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Uma Análise Socioespacial da Mobilidade”. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional da ANPUR, **Anais...** 2009.

SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. “Mobilidade Residencial e Reconfiguração Territorial nas Áreas Metropolitanas Brasileiras”. XVII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu – MG, **Anais...** setembro/2010.

SILVA, Érica Tavares. “Organização Sócio-Territorial e Movimentos Populacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. XVII Encontro Nacional da ABEP, **Anais...** Caxambu – MG, setembro/2010.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.